



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DA REPROVAÇÃO ESCOLAR

Fabrizia Oliveira de Moraes

Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro

Brasília (DF), abril de 2013

Fabrícia Oliveira de Moraes

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE
IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DA REPROVAÇÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de especialista em Coordenação Pedagógica sobre orientação da Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora orientadora Mestre Marilene Pinheiro.

TERMO DE APROVAÇÃO

Fabrizia Oliveira de Moraes

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
DOS FATORES DA REPROVAÇÃO ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora

Dra. Edileuza Fernandes da Silva
(professora-orientadora)

Profª Mestre Maria Susley Pereira - EAPE/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília DF, 03 de maio de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido irmão Carlos Alberto que faleceu no dia
27/03/2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela saúde e força para concluir este trabalho.

Agradeço a parceria do Ministério da Educação e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal pela oportunidade.

Aos colegas do curso pela troca de experiências e apoio.

À professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva e professora-monitora Mestre Marilene Pinheiro pelas orientações e paciência.

E um agradecimento especial à minha família, meu marido Renato, meu filho Caio e minha filha Amanda que estiveram presentes em todas as etapas do desenvolvimento do projeto. Meu muito obrigado.

*“Como é que se escreve? Que é que se diz? E como dizer?
E como é que se começa? E que é que se faz com o papel em branco nos
defrontando tranquilo? Será que a resposta, por mais que intrigue, é a única:
Escrevendo”*

(Clarice Lispector)

Resumo

Esta pesquisa busca por meio da Avaliação Institucional uma reflexão sobre os motivos que levam o(a) aluno(a) à reprovação, cujo objetivo geral é analisar se o processo da Avaliação Institucional está voltado para a eliminação ou redução da reprovação nas séries finais do Ensino Fundamental. A avaliação da escola abre caminho para resolução de problemas concretos vividos por toda comunidade escolar. Fazer uma reflexão sobre o fracasso escolar utilizando a Avaliação Institucional é uma forma de provocar em todos os envolvidos nesse processo, novas possibilidades de inclusão e de divisão de responsabilidades. Para uma melhor compreensão deste processo, a pesquisa também relatou um pouco sobre os fundamentos da avaliação educacional, função social da escola e o do projeto papel político pedagógico dentro desse processo. Os principais teóricos que embasaram este trabalho foram: Maria Teresa Esteban, Luiz Carlos Freitas e Maria Regina Lemes de Sordi. A pesquisa foi realizada em escola pública dos anos finais do Ensino Fundamental, responderam ao questionário professores, orientador educacional, coordenador pedagógico e gestores. A maioria respondeu que a Avaliação Institucional é de extrema importância para a melhoria na qualidade da escola pública. Também ficou demonstrado que o grupo ainda possui receio de avaliar e ser avaliado. Apesar de o fracasso escolar ficar em terceiro lugar na pauta dos indicadores da Avaliação Institucional dessa escola, percebi que esse tema provocou uma reflexão no grupo e deixou uma inquietação sobre essa abordagem, como pôde ser constatado na análise dos dados.

Palavras chaves: avaliação institucional; fracasso escolar; reflexão.

Sumário

Reflexões sobre avaliação, fracasso e sucesso escolar.....	01
• Avaliar para quê?.....	04
• Avaliação de aprendizagem.....	05
• Função Social da escola.....	06
Avaliação Institucional.....	07
• Fundamentos da avaliação Institucional.....	07
• O papel do projeto pedagógico.....	10
Metodologia.....	11
• Relatório da Coleta de Dados.....	12
• Análise dos Dados.....	14

Introdução

Desde muito cedo somos avaliados de formas diferentes. No primeiro momento do nosso nascimento passamos por uma avaliação médica. Assim que iniciamos na escola, ainda na educação infantil, somos avaliados pelo nosso empenho intelectual, dessa forma por toda a nossa vida estamos sendo avaliados pelo papel que desempenhamos na sociedade.

Sendo assim avaliar e ser avaliado é um processo natural do ser humano. Para valorizar e conhecer a avaliação Institucional toda comunidade escolar necessita se sentir protagonista deste processo com responsabilidade social. As mudanças sugeridas pela Avaliação Institucional parecem simples de serem aceitas, mas na prática necessitam de uma revolução nas formas centralizadas e hierárquica de avaliar.

Cada escola possui sua própria história, com hábitos e atitudes bem peculiares de organização e avaliação principalmente de suas escolhas e metas. Ao preparar o PPP (Projeto Político Pedagógico) é fundamental compreender o papel do professor neste processo de mudança e convencimento, de que avaliando seu trabalho pedagógico todos saem ganhando nesse processo de busca na qualidade da educação.

A Avaliação Institucional é uma prática pedagógica recente e por isso essa cultura ainda não foi incorporada ao nosso sistema educacional. Na prática, a Avaliação Institucional de algumas escolas públicas apresentam preocupação em avaliar os aspectos físicos. Esta pesquisa tem como objetivo verificar se as causas do fracasso escolar podem ser debatidas na avaliação Institucional. A pesquisa foi realizada em um Centro de Ensino Fundamental que atende aos anos finais do ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Os pais matriculam seus filhos na escola de Brasília em busca de uma melhor qualidade de ensino e pela facilidade do transporte coletivo. A Avaliação Institucional e Avaliação Externa devem ser centro de reflexão entre o poder público, a escola e seus profissionais, onde cada segmento pode ter claramente a divisão de responsabilidades que cabe a cada um. A avaliação de aprendizagem é preferencialmente do professor em sala de aula que também integra ao processo da

Avaliação Institucional, por isso é necessário incluir um histórico sobre avaliação da aprendizagem, suas formas tradicionais, seus conceitos e atribuições, provocando assim uma reflexão: Para que estamos avaliando? Qual a função social da escola? Em que consiste a Avaliação Institucional?

O objetivo geral é analisar se o processo da Avaliação Institucional está voltado para a eliminação ou redução da reprovação do aluno nas séries finais do Ensino Fundamental, já os objetivos específicos são conhecer a visão dos professores a respeito da Avaliação Institucional e os motivos que levam ao fracasso escolar.

A educação de qualidade é a base para uma sociedade mais justa, pois melhorando as escolas, conseqüentemente teremos cidadãos mais críticos, profissionais qualificados, políticos honestos, ou seja, uma sociedade que saiba lutar pelos seus direitos e consiga avaliar as necessidades essenciais do ser humano.

A reprovação faz parte da minha história e de muitos alunos, talvez por isso tenha escolhido escrever sobre este tema. Por muito tempo na minha vida me senti incapaz e diferente dos outros. Como professora, evitei ao máximo reprovar um aluno porque muito do que aprendi na escola não usamos no dia a dia. Quando perguntado aos professores se eles acreditavam que existia algum aspecto positivo na reprovação, todos responderam que sim, a maioria justificou sua resposta relatando que a reprovação traz amadurecimento para o aluno. Acredito que esse amadurecimento possa ocorrer, mas junto desse amadurecimento o aluno carrega também um sentimento de incapacidade e desânimo. Não vejo nenhum aspecto positivo no fracasso escolar porque avaliamos nossos alunos de forma homogênea e a sala de aula é formada por alunos heterogêneos

1. REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO, FRACASSO E SUCESSO ESCOLAR.

Toda prática educativa necessita incluir avaliação, pois a avaliação perpassa todos os segmentos educacionais dando uma nova perspectiva ao processo de ensino. É por meio da avaliação que possibilitamos o crescimento do processo educacional.

A necessidade de debater a avaliação e o fracasso escolar é latente entre educadores especialistas da área de educação. Este é um tema dinâmico e como tal exige muitas reflexões, a discussão deve ser contínua, através de um processo mais amplo sobre fracasso escolar e dos mecanismos que possibilitam a reversão desse quadro. O objetivo seria a construção do sucesso escolar. A sociedade como um todo deve estar mobilizada para cobrar políticas que possibilitem qualidade de ensino, consequentemente sucesso escolar.

A discussão sobre a avaliação só toma fôlego se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social.

Um dos equívocos educacionais é situar a avaliação como uma atividade formal que ocorre ao final do processo de ensino-aprendizagem. Nesta visão linear, primeiro ocorre a aprendizagem e finalmente a verificação da aprendizagem. Se do ponto de vista das aparências é assim que ocorre, do ponto de vista processual, observando-se o interior da sala de aula, esta perspectiva mostra-se incompleta.

Esta distorção está ligada à compreensão das próprias categorias do processo pedagógico. Se não situarmos a avaliação no interior das demais categorias deste processo, ela tenderá sempre a ser considerada de forma isolada, como atividade de final de processo. “É preciso aumentar nossa compreensão sobre esta questão e não apenas advogar uma avaliação processual contínua”. (FREITAS, Luiz Carlos de. P. 14. 2012)

A avaliação é um dos temas centrais da educação, porque por meio dela é que se pode ir equilibrando o processo educativo, observando algumas contribuições durante o próprio processo e não apenas após o seu efeito já estabelecido, já visualizado, enfim, regulando as próprias práticas pedagógicas.

É importante ampliarmos o nosso conceito de avaliação para incluir práticas avaliativas que estejam além daquelas usualmente enfatizadas e que se limitam ao processo institucional de verificação de conceitos.

É preciso uma redefinição metodológica de avaliação para acompanhar a transformação epistemológica que a emergência de um novo paradigma anuncia. A avaliação deve contribuir para organização de outros conceitos no processo pedagógico e deixar para trás as marcas de classificação e exclusão dos alunos principalmente aqueles de classes mais carentes. (ESTEBAN, 2005. p. 31).

Então, é necessário produzir outros modelos de avaliação, que tenham como ponto de partida a certeza de que todos aprendem, todos têm direito a uma escola de qualidade, cabe a nós, enquanto escola e sociedade, criar condições para uma escola de qualidade para todos. Dessa forma a avaliação passa a ser um processo importantíssimo pela sua dimensão reflexiva, pela sua capacidade de projetar possibilidades e reflexões, e por esta perspectiva que ela traz, de poder regular os processos pedagógicos, mas não no sentido de promover a seleção, mas regular os processos pedagógicos para proporcionar e favorecer a aprendizagem de todos.

O modelo de avaliação tradicional em uma concepção classificatória necessita de procedimentos mais democráticos de avaliação, que possam sintonizar com o movimento de democratização da escola e da sociedade.

No entanto acreditamos que é possível instaurar práticas que atuem no sentido da transformação da escola como parte do processo de transformação social. Dentro do projeto político pedagógico de qualquer estabelecimento de ensino é fundamental ter clareza da função social da escola, bem como dos conhecimentos que serão repassados a determinada comunidade escolar, que deve sempre buscar a integração entre a formação intelectual e o compromisso social dos alunos.

Em uma sociedade excludente como a nossa, é difícil deixar de produzir fracasso escolar. As mudanças não podem ser impostas, precisam ser construídas diariamente de modo que a perspectiva democrática vá impregnando as práticas, sendo incorporada pelo senso comum, convencendo as pessoas e se constituindo como consenso.

Novos olhares que mostram a produtividade do diálogo entre conhecimento e desconhecimento, que percebem todo ponto de chegada como indício de novos pontos de partida, sendo ambos marcados pelos erros e acertos, num processo contínuo e desafiador. Desafio inscrito na necessidade e possibilidade humana de quebrar paradigmas e tecer coletivamente trajetos para torná-la realidade.

O rendimento dos alunos e alunas, de qualquer forma, se converte numa qualidade interior do próprio sujeito, atuando na dinâmica de inclusão ou exclusão social. “Só a avaliação não resolve, mas sem dúvida é necessário que sejam construídos procedimentos mais democráticos de avaliação, que possam sintonizar com o movimento de democratização da escola e da sociedade”. *Esteban 2008 p.71*. O desenvolvimento teórico se entrelaça à prática e toma como objeto de reflexão as consequências da aprendizagem.

A questão fundamental após o debate sobre avaliação parece ser quem irá adquirir o conhecimento socialmente produzido e valorizado e o que significa possuir este conhecimento.

Tanto alunos e professores estão aprisionados pela lógica seletiva da avaliação escolar, que não tem como objeto o processo de conhecimento.

A necessidade de outro referencial, no qual o aprofundamento do processo avaliativo é um marco favorável à interação entre teoria e prática, no qual o diálogo entre alunos/as e professores/as tem a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica, neste momento os resultados esperado são alcançados.

Os processos de avaliação mais conhecidos são basicamente conduzidos pelos professores, envolvendo: testes padronizados, provas feitas pelo próprio professor, e um conjunto de atividades avaliativas incluindo questões orais, tarefas dadas aos alunos sob supervisão e acompanhamento do professor, perguntas anexadas a textos, provas informais de domínio de aprendizagem e *feedback*, entre outros. Mas estas não devem ser as únicas práticas de avaliação (FREITAS. p. 24).

Além dessas práticas avaliativas relacionadas ao conteúdo, existem outras formas de avaliação importantes que devem ser valorizadas para que se possa construir um ambiente mais real da avaliação em sala de aula. Então é primordial que também pensemos nas avaliações formais e informais.

Essa avaliação marcada pela ideia da reflexão, que alguns têm chamado de avaliação como uma prática de investigação, é parte do processo ensino-aprendizagem, principalmente como um meio que vai tentar compreender melhor esse método de ensino-aprendizagem, compreender melhor a multiplicidade que atravessa uma sala de aula, multiplicidade de culturas, de conhecimentos, de formas de aprender, de situações de aprendizagem, de resultado.

As práticas pedagógicas usadas tradicionalmente são modelos desgastados não oferecendo alternativas diferenciadas de aprendizagem para o aluno que apresenta uma maior dificuldade. Ainda são marcadas pela velha forma de decorar. Proporcionar atividades pedagógicas significativas interessantes que sejam favoráveis à aprendizagem de todos e não só à aprendizagem daqueles que se encaixem nos modelos previamente selecionados. Essa dimensão reflexiva ou investigativa da avaliação potencializa o processo educacional. Numa perspectiva mais democrática e desafiadora para tentar oferecer ao aluno uma aprendizagem mais diferenciada respeitando a individualidade e dificuldade de cada um.

1.1 Avaliar, para quê?

A questão da perspectiva técnica da avaliação vem sendo bastante criticada porque, tradicionalmente, o que se tem em torno da discussão da avaliação são os instrumentos e os procedimentos.

Nesse sentido, parece que é fundamental recuperar a ideia de que avaliar vem de atribuir valor, portanto, é preciso uma reflexão não só sobre os procedimentos utilizados, mas sobre os instrumentos que estão sendo trabalhados, e, sobretudo, que valores estão orientando a proposição desse processo pedagógico, que vão nos relacionar as diversas formas de avaliar.

Que valores são esses? Para que estamos educando?

Quais são as finalidades fundamentais no processo educativo? Parece-me que também é muito importante que se vá pensando quais são as consequências do resultado que essa avaliação vai revelando e trazendo essa discussão não apenas para o contexto mais limitado, do que se pode chamar de ensino-aprendizagem no sentido de domínio de conteúdos ou desenvolvimento de competências, mas que se possa estar pensando esse processo educacional como parte da produção da vida dos sujeitos, como parte da produção da vida social e, portanto, que valores estão encaminhando essa prática pedagógica como uma prática humana e como uma prática social. *Esteban* nos alerta para uma reflexão sobre o envolvimento de todos:

“A avaliação vem marcando e expondo, classificando e excluindo os alunos e alunas que não aprendem, os professores e professoras que não ensinam, as famílias que não colaboram, os funcionários que não tem competência. Jogando luz sobre o que não fazem e anunciando em alto e bom som suas incapacidades. A avaliação joga para uma zona opaca e silenciosa as questões que podem nos

ajudar a compreender e interagir. Ressaltando a negação, o que se nega é a própria potência da escola e dos processos emancipatórios que ali se realizam.

(ESTEBAN, 2008 p.33)

Em uma avaliação classificatória, quando se produz um modelo que tem por princípio classificação e seleção, faz-se necessário uma reflexão: “Para que classificar e selecionar?” Para incluir os melhores classificados e excluir os piores classificados? Se existe preocupação efetivamente com uma educação de qualidade para todos, os princípios não podem ser esses.

Os desafios dos percursos possíveis para o saber mais, identificando a diferença de conhecimentos, lógicos e processos; expõe a diferença que efetivamente compõe a sala de aula e anuncia modos de incorporá-la potencializando a relação de ensino aprendizagem, pois ele indica particularidades que devem ser integradas à dinâmica coletiva e trabalhadas com a marca da originalidade e da criação, aspectos centrais no desenvolvimento dos projetos.

A avaliação como um convite desafiador não prioriza o resultado e sim o processo como prática de investigação interroga a relação de ensino aprendizagem em sua dificuldade e busca identificar os conhecimentos e desconhecimentos que estão em diálogo.

Toda resposta, certa ou errada, é simultaneamente um ponto de chegada aceitável, por mostrar os conhecimentos já elaborados, e um novo ponto de partida, por possibilitar novos questionamentos.

A avaliação oferece elementos para uma melhor compreensão do movimento vivido, individual e coletivamente na realização do projeto, contribui para a elaboração de propostas que possam alimentar o processo de construção de conhecimentos e indica desconhecimentos que podem gerar desdobramentos no próprio projeto ou novos projetos.

1.2 Avaliação de Aprendizagem

Várias pesquisas em educação demonstram que nos últimos anos a preocupação maior dos estudos está voltada para avaliação educacional, as pesquisas, as políticas públicas as reformas educativas, todas dão destaque para o tema “avaliação educacional”.

Quando pensamos em avaliação educacional, quase sempre relacionamos aprendizagem em sala de aula onde os alunos são testados com provas e exames que se restringem a dois caminhos, a promoção ou a retenção de forma linear do aproveitamento do conhecimento. Além dessas práticas avaliativas ligadas ao domínio de conteúdos que se referem a avaliação de aprendizagem interliga outras formas de avaliação com a avaliação formal e informal.

A reflexão e o debate sobre as avaliações devem estar envolvidas no processo educativo de forma mais democrática e emancipatória, buscando qualidade.

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, como a qual estão envolvidos de algum modo que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades ideias sobre é a rede [...] e sobre como deveria ou poderia ser.

(BONDIOLI, 2004 p.14)

A qualidade de uma escola não é absoluta e sim relativa, pois para cada realidade busca-se um modelo de qualidade com valores diferentes dependendo de cada interesse e anseio de uma determinada comunidade escolar.

1.3 Função social da escola

Seria interessante analisar a ocorrência da reprovação em função da classe social enquanto na rede privada o índice de reprovação na primeira série do Ensino Fundamental é muito pequeno, na rede pública este índice é alarmante. Tal dado, não está ligado à questão da “qualidade” da escola privada, como quer nos fazer crer a mídia, mas as estratégias a que recorre: seleção econômica para entrar (valor das mensalidades), exames de seleção (vestibulinhos), alunos de classe economicamente favorecidos, com fácil acesso a informações fora da escola (acesso a revistas, jornais, livros, televisão a cabo, computador, *Internet*, viagens, apoio dos pais, contratação de aulas particulares). Ou até a sutil sugestão da escola para transferência em caso de baixo rendimento, sem contar com expedientes como de “dar um jeito” de aprovar o aluno para que o pai não perca o investimento.

Várias pesquisas etnográficas têm constatado: a postura do professor, muitas vezes, é bastante diferenciada numa escola e noutra em termos de estímulos e confiança no potencial dos alunos.

Este mito criado sobre as escolas particulares é injusto e ingênuo, porque fazer uma generalização entre as escolas particulares que em alguns casos são verdadeiros centros de excelência, acaba contribuindo para a manutenção da distorção da avaliação da escola pública. As práticas conservadoras, de grande parte das particulares, são tomadas como modelo, já que têm resultados tão positivos.

O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) tem ajudado a demonstrar este equívoco. A diferença de aproveitamento de ambas as redes, embora favorável a particular, é relativamente pequena, em patamares bem abaixo dos desejados.

Tanto a escola pública quanto a particular não tem conseguido cumprir a função de socialização do conhecimento, muitos pais percebem isto, mas se submetem aos encargos das mensalidades, tendo em vista os benefícios que as pessoas de posses poderão trazer para seus filhos. O verdadeiro sentido da reprovação se manifesta no fato de que, mesmo no interior da escola particular, o segmento social que é atingido por ela é justamente os menos desfavorecidos.

Mesmo assim a classe econômica e social que cada aluno (a) pertence merece ser levada em conta na hora do processo de ensino aprendizagem e da avaliação aluno (a) com estrutura familiar com uma rede de apoio, se necessário, levam vantagem sobre o aluno de baixa renda que além das dificuldades econômicas não possui a mesma estrutura. Por isso os educadores precisam ter claro que a função social de cada escola particular ou pública merece suas considerações.

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Fundamentos da avaliação institucional

“A Avaliação Institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da “responsabilização” pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores têm um

projeto e um compromisso social em especial junto às classes populares e, portanto necessitam, além deste compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação”.

(FREITAS, 2012 p. 36)

Em um processo educacional tão importante como a avaliação institucional, é necessário que todos os atores tenham o seu papel e sua responsabilidade acadêmica e social, um compromisso de resgate da escola pública para uma sociedade mais justa para a classe que mais precisa.

Todo trabalho pedagógico visa um momento de avaliação, seja ele de natureza formal ou informal. Assim sendo, é natural que os mais diversos teóricos se esforcem sobre esse momento do trabalho educacional com objetivo de melhor compreender a sua complexidade. Entretanto, apesar dos inúmeros estudos realizados sobre esse tema, a avaliação continua sendo a parte mais obscura e ambígua do processo de escolarização. Raras são as vezes em que há consenso dentro da equipe de uma escola sobre o que seria a avaliação. Isso traz diversas implicações, pois a avaliação é inevitavelmente, aquilo que orienta e reorienta o trabalho pedagógico, que redireciona os esforços da equipe da escola e que configura a maneira com que os alunos serão vistos pelos professores, os professores vistos pela família e pela equipe gestora da escola e a escola vista pela sociedade. Assim, a avaliação não ocorreria apenas no final do processo pedagógico, mas seria justaposta aos objetivos do trabalho, que dão base para a construção de um processo de avaliação.

A partir disso, discute-se a função da escola na nossa sociedade e propõe-se que a avaliação seja a ferramenta de transformação dessa função. A avaliação seria o ponto de entrada mais eficiente para uma transformação da função da escola, função essa formativa e informativa, pois ela ratifica ou impõe resistência aos valores da sociedade na qual está inserida.

Dessa forma, caberia à equipe pedagógica da escola refletir se essa transformação é desejada ou não, se a equipe tem como valor a transformação social e a inclusão dos alunos.

No segundo momento, continuando a linha de raciocínio do anterior, alguns autores desenvolvem o conceito de escola reflexiva. Assim como atualmente se fala muito em professores reflexivos, os autores defendem que não só o professor deve refletir sobre sua atuação, mas a escola como um todo deve se configurar como um ambiente reflexivo, capaz de interpretar seu ambiente de trabalho, discutir seus

problemas em conjunção e propor soluções localmente. Aponta-se como principal necessidade para que isso ocorra a incapacidade do professor de sanar todas as imperfeições do sistema educacional: o professor reflexivo pode, sim, realizar muito, mas sem o apoio de uma escola reflexiva ele não conseguirá explorar toda sua potencialidade.

Portanto, nessa linha de pensamento, seria necessário que se ampliasse o espaço da avaliação, superando a sala de aula e tornando a escola como um todo em objeto de avaliação e avaliadora. É nesse sentido que se torna essencial a realização da Avaliação Institucional, processo que envolve todos os atores da escola com o fim de discutir o aprimoramento da escola a partir de seus problemas. Esse modelo de avaliação da instituição escolar pressupõe uma construção local, ou seja, a própria equipe da escola, seus alunos e famílias constroem juntas uma escola de qualidade.

Assim, a escola deveria se apropriar dos resultados da avaliação externa para procurar, a partir de seus próprios recursos e possibilidades, meios para melhorar suas condições. Os autores também ressaltam a importância de não se utilizar os resultados desse tipo de avaliação para realização de competições ou para complementar o salário do professor.

A relação entre os diferentes espaços da avaliação na escola: a sala de aula, a escola como instituição e o sistema de ensino no qual ela se insere, cada qual possui seu objetivo e importância próprios. Os três níveis são obrigatoriamente de complementação para que a Avaliação Institucional possa caminhar na direção de um ensino de melhor qualidade.

Avaliação da escola deve ser diferenciada da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam inclusive interdependentes. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e vice versa.

Quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação institucional a partir do planejamento participativo ela se conecta de forma significativa. Planejar e programar a Avaliação Institucional dentro do planejamento do projeto político pedagógico é de fundamental importância para o êxito da avaliação

2.2 O papel do projeto pedagógico

A experiência de construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) coletivo tem se revelado muito importante para resgatar a autonomia e promover a integração dos atores internos e externos da escola desenvolvendo na comunidade local algum poder sobre seu destino, sua vocação e a construção de sua marca identitária. Não parece demais lembrar, no entanto, que mesmo quando uma escola se refere à importância de possuir um projeto político pedagógico próprio, isso não pode ser ingenuamente compreendido como sinônimo de legitimidade deste projeto se a assinatura do coletivo de seus atores não estiver neste imprimida.

Ressaltamos que a mudança nas e das escolas pode não ser entendida como algo que ocorre sem o concurso das várias forças presentes na escola. Forças vivas, pulsantes, tensas e dialéticas que só podem ser entendidas e potencializadas quando examinadas por inteiro e em complementaridade.

A luta pela sustentação de projetos políticos pedagógicos coletivos, ancoradas no compromisso com a produção do 'bem comum' depende do consenso dos múltiplos atores devem se encontrar em espaço/tempo que favoreçam a livre expressão de suas ideias, propiciando-lhes condições para um diálogo plural, no qual as linguagens de formas inteligibilidade entre eles, alimentado um pacto de qualidade que negociam à luz das necessidades sociais que pretendem atender.

(cf. BONDIOLI, 2004)

No texto de Maria Regina Lemes de Sordi sobre os fundamentos da Avaliação Institucional na Escola pública. "A experiência de construção de um Projeto Pedagógico (PPP) coletivo tem se revelado muito importante para resgatar a autonomia e promover a interação dos atores internos e externos da escola devolvendo à comunidade local um poder sobre seu destino. Esse poder de sentir que sua voz pode ser ouvida faz a diferença no engajamento dos professores e da família neste processo de construção de acordos e compromissos para a elaboração de projetos educativos comuns cujo público alvo é a escola pública.

Nesse caso, o erro deixa de representar a ausência de conhecimento válido, sendo apreendido como pista que indica como o aluno ou aluna está articulando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo elaborados na realização do projeto, permitindo uma melhor compreensão dos

conhecimentos consolidados, dos desconhecimentos presentes e dos conhecimentos necessários e/ou em processo de construção.

3. METODOLOGIA

Os métodos qualitativos de pesquisa apresentam características próprias, inseridas em comportamentos que reconhecem a subjetividade nas interações da diversidade humana e na complexidade dos fenômenos sociais, exigindo uma enorme possibilidade de métodos que possa dar conta de descrever, compreender e interpretar essa realidade. Tendo em vista a especificidade e o caráter coletivo de ser humano.

“Assim, ganham força os estudos chamados de qualitativos, que englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises, compreendendo desde estudos do tipo etnográfico, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa, até análises de discurso e de narrativas, estudos de memória, histórias de vida e história oral”.

(ANDRÉ, 2001, p.16)

O estudo qualitativo busca compreender seu fenômeno de estudo em seu ambiente usual (como as pessoas vivem se comportam e atuam; o que pensam; quais são suas atitudes etc.). “Essa pesquisa se caracteriza como exploratória, pois segundo o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes” (SAMPIERI, 2006, p. 99).

O questionário é um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador. Anexa-se no início, uma folha explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade de que o sujeito responda de forma adequada. (Moroz, p. 79).

A metodologia de pesquisa utilizada para dar suporte ao estudo foi de caráter qualitativo e a coleta de dados foi por meios de observação e questionário contendo perguntas abertas e fechadas que serão distribuídas entre dez participantes: um diretor, um vice-diretor, um coordenador pedagógico, um orientador educacional e seis professores. Sendo que haverá algumas perguntas gerais formuladas para mais de um segmento, outras específicas. O tempo previsto para coleta e análises dos dados e depoimentos foi de aproximadamente três meses (de fevereiro a abril).

O local da pesquisa foi em um Centro de Ensino Fundamental das séries finais, situada na Asa Norte em Brasília DF, a escola possui em média 400 alunos divididos em dezesseis turmas do 6º ao 9º ano com idade entre 11 e 15 anos e alguns fora da faixa etária. Escola inclusiva¹ possui uma classe especial de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e sala de recursos. A maioria dos alunos não pertence a essa comunidade, são jovens que moram nas proximidades de Brasília.

Com relação ao procedimento ético da pesquisa, um termo de consentimento livre e esclarecido foi distribuído para todos os participantes, a fim de preservar a confidencialidade das informações geradas, protegendo os sujeitos contra qualquer espécie de danos e garantir a privacidade da pesquisa.

Os questionários não foram identificados, apenas constou o segmento dos respondentes.

Coletados os dados, é preciso organizá-los; um conjunto de informações sem organização é de pouca serventia, daí ser importante agrupar os dados, representá-los, compará-los, testá-los estatisticamente, quando for o caso, e descrevê-los. (MOROZ, 2006, p. 20). O processo de Pesquisa

Chegando-se aos resultados, é preciso caminhar para as conclusões. Tendo em vista os objetivos que se pretendeu atingir, é possível dar um significado a estes resultados: discutir em que direção ou direções eles apontam; se a direção apontada confirma ou não estudos anteriores; que implicações (científicas e sociais) são deles provenientes; que aspectos ficaram sem respostas; que novas questões trouxeram e que novos estudos deverão ser realizados, considerando-se como referência a teoria escolhida. (MOROZ, 2006, p. 21, 22).

3.1 Relatório da Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada no Centro de Ensino Fundamental anos finais, localizada na Asa Norte, Região Administrativa de Brasília. A escola possui em média 400 alunos distribuídos em dezesseis turmas do 6º ao 9º ano. A maioria dos

1. Aranha (2004) define escola inclusiva como aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

alunos não pertencem à essa comunidade, são jovens que moram nas proximidades de Brasília dentro do Distrito Federal. É uma escola inclusiva, com classe especial e sala de recursos.

Um grupo de dez educadores, entre professores, orientador, coordenador, professor-coordenador e gestores, responderam ao questionário que foi dividido intencionalmente da seguinte forma: 50% com idade entre 20 e 30 anos e 50% acima de 40 anos, com propósito de resgatar uma possibilidade de respostas mais diferenciadas. Também foi registrada a especialização dos participantes. Dos dez educadores que responderam ao questionário, 30% possuem graduação, 40% com pós-graduação, 20% com mestrado e 10% cursando doutorado, 100% do grupo acredita que a avaliação institucional contribui para a melhoria da escola.

Quanto à justificativa do fracasso escolar, a maioria apontou o desinteresse do aluno como principal fator da reprovação. Todos os envolvidos na pesquisa acreditam que há algum aspecto positivo na reprovação do aluno, justificando que o fracasso escolar traz amadurecimento. Também foi registrado que a falta de interesse dos alunos está relacionada na maioria das vezes pelas aulas tradicionais.

Após o registro da orientadora no questionário sobre as marcas deixadas pela reprovação é importante destacar este trecho da sua resposta.

Segundo a orientadora quando perguntada como o aluno se sente com a reprovação e a que motivos o aluno costuma atribuir o fracasso escolar, ela respondeu da seguinte forma: *“Em geral, ele encara com dor, ainda que essa dor seja transferida para uma atitude de indiferença. Já tive casos em que o aluno chorou, suou, expressou fisicamente uma angústia enorme. O aluno costuma atribuir o fracasso à escola, especialmente ao professor.*

Acredito que falta ao aluno a responsabilidade de assumir sua parte nesse processo. A orientadora concluiu em seu texto que a reprovação é um somatório de todos os sujeitos envolvidos nesse processo; direção, professor, orientador, alunos, pais e Estado. Na orientação educacional ela prioriza trabalhar junto ao aluno durante todo o ano a questão da responsabilidade”.

Neste depoimento podemos evidenciar algumas marcas deixadas pela reprovação do aluno. Quando perguntado se acredita que o fracasso escolar precisa ser incluído no debate da avaliação institucional, todos os participantes concordaram que esse tema deveria estar inserido no processo da Avaliação Institucional.

3.2 Análise dos Dados

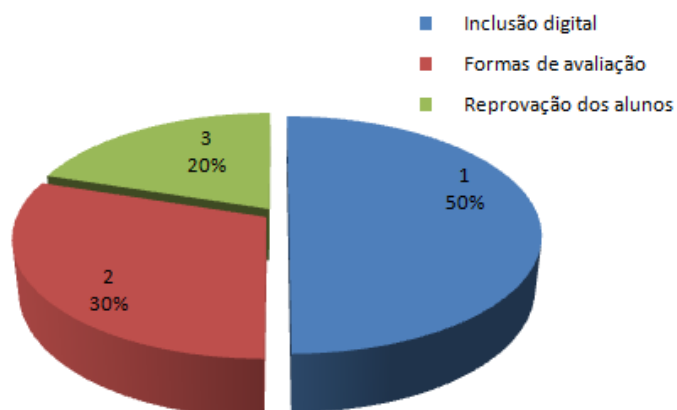
Síntese dos resultados do questionário sob a ótica dos professores, coordenadores, gestores e orientadora educacional.

A pergunta do questionário dirigida ao grupo foi: **“A Avaliação Institucional colabora para melhorar o desempenho da escola? De que forma?”**.

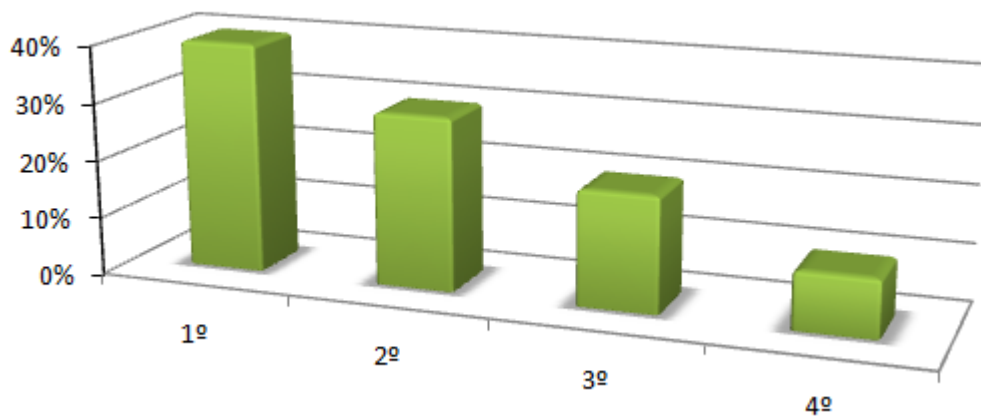
	Sim	Não	Dê que forma?
Grupo de professores	X		De forma reflexiva para alcançar objetivos que o grupo deseja.
Gestores	X		Para direcionar o planejamento do PPP.
Orientadora	X		Tentar amenizar os pontos negativos.
Coordenador	X		Refletir sobre as nossas práticas pedagógicas.

Sugestão para os professores de indicadores que deveriam ser debatidos na Avaliação Institucional

Sobre a perspectiva da avaliação foi pedido que os professores indicassem três temas que gostariam que fossem debatidos na Avaliação Institucional.



Justificativa do fracasso escolar e indicadores da falta de interesse dos alunos.



1º lugar: A falta de interesse dos alunos.

2º lugar: A formação do professor.

3º lugar: A falta de apoio da família.

4º lugar: As aulas tradicionalistas.

No primeiro quadro sobre a síntese que relata de que forma a Avaliação Institucional colabora para a melhoria da escola, penso como a maioria que respondeu que através desse tempo de reflexão sobre os problemas da escola, surgem propostas para amenizar os desafios. Na prática, essas mudanças são mais complicadas de serem resolvidas, por isso, o debate deve estar relacionado a prática das ações.

No início de 2013 foi realizada a Avaliação Institucional dessa escola, no debate desse processo, os indicadores representados em sua maioria estavam voltadas para os aspectos físicos da escola. Dessa forma percebi que poderia incluir na pesquisa um debate sobre o desinteresse do aluno que o leva ao fracasso escolar e também conhecer a visão dos envolvidos neste processo sobre Avaliação Institucional.

Através do questionário, os envolvidos puderam sugerir novos indicadores que poderiam ser debatidos no processo de Avaliação Institucional e também quais as principais justificativas do fracasso escolar. Dessa forma o objetivo foi alcançado porque provocou nos participantes uma inquietação a respeito desses temas.

Quando sugerido aos participantes que indicadores deveriam ser debatidos na Avaliação Institucional da escola, em primeiro lugar ficou a inclusão digital, percebi que os participantes eram professores mais jovens, com mais habilidade nesta área de tecnologia.

Em segundo lugar, os professores admitiram que suas avaliações ainda são bastante tradicionais, sem nenhuma inovação ou que observasse a individualidade e as diferenças dos alunos, por isso teriam que rever com o grupo novas formas de avaliação.

Acredito que a reprovação do aluno apareceu em terceiro lugar apenas pelo fato de a pesquisa apontar para esta problemática.

Com relação à justificativa do fracasso escolar, a maioria dos entrevistados apontou a falta de interesse do aluno como o principal motivo do fracasso escolar. Nesta resposta senti a falta da autoavaliação de cada profissional, foi mais fácil responsabilizar o aluno.

Em segundo lugar apareceu a formação do professor como fator desse desinteresse, esses dados fazem parte da resposta dos professores mais jovens que entraram há pouco tempo na Secretaria de Educação bastante empolgados, cheio de ideias, com especializações e mestrado.

Os participantes da pesquisa acreditam que a falta de apoio da família está muito ligada à questão social, os pais com pouca formação cobram menos dos filhos, para eles, o simples fato de trazê-los para escola já é o bastante, a formação do aluno cabe exclusivamente aos professores.

Esses mesmos professores mais jovens já citados anteriormente, acreditam que o grupo mais antigo, é responsável pelas aulas tradicionais que não empolgam os alunos causando tanto desinteresse e consequentemente o fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a avaliação estar em várias etapas e momentos de nossa vida, percebi que grande parte dos educadores ainda tem dificuldade em avaliar e ser avaliado, como exemplo, a pouca participação das famílias na Avaliação Institucional, talvez porque ainda não tenham entendido o valor desse processo para a melhoria da escola de seu/sua filho(a). Quando participamos de um processo de Avaliação Institucional percebemos que alguns professores e gestores possuem insegurança ao avaliar o seu trabalho. Nesse sentido a Avaliação Institucional ocorreu de modo superficial, visto que dentre os vários problemas enfrentados pela comunidade escolar, a reprovação não foi eleita como prioridade de discussão.

Apesar de a reprovação ainda não constar na Avaliação Institucional desta Instituição de Ensino, ficou claro que é um tema importante para ser debatido por toda a comunidade escolar, pois ela faz parte de um processo amplo que envolve todos os segmentos da escola e do poder público, portanto em caso de reprovação deve-se pensar que o fracasso escolar não é apenas do aluno, e sim de todos que participaram do processo ao longo de um ano letivo.

A maior contribuição desta pesquisa é deixar na equipe uma inquietação sobre o valor da Avaliação Institucional e se seus indicadores são suficientemente importantes para a melhoria da escola, ou novos temas terão que ser abordados para que exista de fato uma melhoria na qualidade de ensino.

Acredito que o processo da Avaliação Institucional nesta escola ainda não tenha conseguido o sucesso esperado, pois os atores principais, alunos, professores, funcionários, gestores e a família, ainda se sentem como atores coadjuvantes dentro desse processo e não como protagonistas como deveriam.

Percebi o que o tema abordado é muito abrangente e atual, dando margem a novas pesquisas como tentar investigar o que leva o aluno à falta de interesse pelas aulas. Seria um problema do aluno? Do professor? Da escola? Do Estado?

APÊNDICES

Apêndice A:

Termo de consentimento

Eu, _____,
RG nº _____, declaro ter sido informado(a) pela pesquisadora Fabrícia Oliveira de Moraes a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da entrevista fornecida para a pesquisa Avaliação Institucional como instrumento de identificação dos fatores da reprovação escolar. Também participo voluntariamente ciente que a publicação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

(Assinatura do entrevistado)

Apêndice B:

Nome: _____ Idade: _____

Formação: () graduado () pós-graduado () mestrado () doutorado

Área de atuação: _____

Tempo de Secretaria de Educação: _____

Este é um trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Coordenação Pedagógica, pela Universidade de Brasília, com ênfase na análise da avaliação institucional e no fracasso escolar. Sua participação será de extrema importância para que tentemos construir uma escola comprometida e de qualidade para nossos alunos.

Questionário

1. Você acredita que existe algum aspecto positivo na reprovação do aluno?

Justifique.

() Sim () Não

2. Classifique enumerando de 1 a 5 em ordem de importância os fatores contribuem para a reprovação.

- () A formação do professor.
() A falta de interesse dos alunos.
() A falta de apoio da família.
() As aulas tradicionais.
() O fator sócio econômico.

3. Relacione três aspectos positivos da Avaliação institucional.

4. Muitos educadores concordam que a Avaliação Institucional melhora o desempenho da escola. Algumas instituições ainda focam em avaliar apenas os aspectos físicos, que também são importantes. Você acredita que o fracasso escolar do aluno precisa ser discutido e avaliado?

() Sim () Não

5. Você já participou de alguma Avaliação Institucional na qual estivessem em pauta as razões do fracasso escolar do aluno?

() Sim () Não

6. Alguns indicadores mostram que aulas mais criativas, usando tecnologia prendem a atenção do aluno e despertam seu interesse pelos estudos. Você concorda com essa afirmação?

() Sim () Não

7. Estabelecer metas para solucionar ou amenizar os problemas levantados pela Avaliação Institucional seria uma boa opção?

() Sim () Não

8. Qual outro indicador você gostaria que fosse debatido na Avaliação Institucional da sua escola?

9. Em sua opinião quais fatores justificam a falta de interesse do aluno pelos estudos?

1º _____

2º _____

3º _____

10. Em uma avaliação classificatória, quando se produz um modelo que tem por princípio classificação e seleção, se faz necessário uma reflexão: Para que classificar e selecionar? Se existe preocupação efetivamente com uma educação de qualidade para todos, você acredita que a avaliação é uma forma de excluir os piores classificados?

() Sim () Não

Referências Bibliográficas:

ANDRÉ, M. Pesquisa, Formação e Prática Docente. In: André, M. (org.). O Papel da pesquisa na formação e na Prática dos Professores. Campinas: Papirus, p. 55-69, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa. (org) **Escola, Currículo e Avaliação**. 3ª Ed. São Paulo. Cortez. 2008. O que sabe quem erra/Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro. 2001.

FREITAS, Luiz Carlos, **SARDI**, Maria Regina Lemes de, **Malasvi**, Maria Márcia Sigrist, **FREITAS**, Helena Costa Lopes de. ET AL. Avaliação Educacional Caminhando Pela Contramão. Petrópolis, RJ. Vozes 2009.

MOROZ, Melania; GIANFALDODONI, Mônica Helena Tieppo Alves. O Processo de Pesquisa – Iniciação. Brasília: Liber Livro Editora, 2ª edição, 2006.

SAMPIERI, R., COLLADO, C., LUCIO, P. Metodologia de Pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

Documentos Consultados:

- Índices do IDEB Alcançados pela escola.
- Projeto Político e Pedagógico da Escola.
- Educação Inclusiva : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p.
- Texto sobre os Fundamentos da Avaliação Institucional na Escola Básica. Mara Regina Lemes Sordi. Prefeitura municipal de Campinas, Secretaria municipal de Educação de Campinas, 2009.